

X SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL
ARQUITETURA MODERNA E INTERNACIONAL: *conexões brutalistas* 1955-75
Curitiba. 15-18.out.2013 - PUCPR



TRÊS PODERES: A ARQUITETURA CÍVICA PAULISTA, 1950-1970

Raquel Machado Marques Gabriel
Universidade Presbiteriana Mackenzie, Rua Antonio Carlos 196 – apto. 55A, São Paulo/SP, Brasil,
quelmachadobt@yahoo.com.br

RESUMO

No presente estudo desenvolveu-se o tema “Arquitetura Cívica” através da análise e estudo de casos de projetos arquitetônicos de edifícios públicos de uso político-administrativo realizados nos anos 1950 a 1970. Como foco principal, o estudo abordou os conjuntos de edifícios situados no ambiente paulista e destinados aos Três Poderes, inseridos no processo de modernização socioeconômica e intenso fomento do Estado de São Paulo. Buscou-se estabelecer um panorama de projetos e obras da Arquitetura Cívica Paulista e Brutalista através de um amplo levantamento de informações em várias fontes, sistematizadas de maneira a definir casos em que, de alguma maneira, os projetos buscassem ativar um espaço cívico que extrapolasse a simples necessidade funcional e programática dos edifícios, em busca da configuração de um ‘Coração de cidade’.

Entende-se que essas obras de caráter cívico no Estado de São Paulo, nas décadas de 1950 e 1960, revelam propostas que visaram ativar a ideia do ‘Coração da cidade’, então em debate no panorama da arquitetura e urbanismo daquele período, consolidando e abrindo novos caminhos para a produção da arquitetura moderna brasileira, afinados com os debates internacionais da época, participando da renovação dos centros urbanos em que se inserem e também da monumentalidade dos edifícios.

Pela análise e comparação das diferentes obras estudadas, tanto no âmbito nacional quanto internacional – através dos Estudos de Casos – constatou-se que as estratégias projetuais adotadas, somadas aos seus aspectos inovadores, conceituais e técnicos, tornaram possível a ativação do ‘Coração da cidade’.

Os estudos de caso das arquiteturas cívicas e monumentais mostraram-se então contextualizados na Arquitetura Moderna Brasileira, com o Plano de Desenvolvimento do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e com o Plano de Ação do governo Carvalho Pinto (1959-1966). Além disto, mostraram-se também relacionadas com o tema de centros cívicos internacionais, discutidos nos CIAMs – Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna, principalmente em sua 8ª edição em 1951, em Hoddesdon na Inglaterra.

Os estudos de caso paulistas compreenderam: Centro Cívico de Santo André, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Paços Municipais de São Bernardo do Campo, Marília e Franca, bem como os Fóruns de Itapira, Avaré, Araras, Piracicaba e Rio Claro. Outras obras também foram consideradas: a Praça dos Três Poderes em Brasília (DF), Centro Cívico de Curitiba (PR) e Assembleia Legislativa de Minas Gerais (MG) – no panorama nacional – e os Centros Cívicos de San Juan (Argentina), em Medellín (Colômbia), o *New City Hall* de Toronto (Canadá) e o Capitólio de Chandigarh (Índia) – no panorama internacional.

Comparações e conexões com a situação urbana, implantação, localização, estrutura, plástica e a Monumentalidade dos edifícios conferiram a estes projetos a ativação de uma renovação urbana, colaborando em sua maioria para a criação de um ‘Core’.

Frente a estas considerações, pode-se concluir que os debates e conceitos internacionais discutidos nas décadas de 1940 a 1960, como o ‘Coração da cidade’ e a Monumentalidade dos edifícios estavam presentes nas obras realizadas no âmbito nacional, mais detalhadamente no âmbito regional estudado onde ocorreu o fomento do Estado de São Paulo para a construção destas obras – que foram em prol da ativação do ‘Coração da cidade’ através de arquiteturas cívicas e monumentais.

Palavras-chave: Arquitetura Cívica. Arquitetura Paulista. ‘Coração da cidade’.

ABSTRACT

In this study, analysis and case studies of architectural projects of public buildings for political-administrative use during the years 1950 to 1970 was developed. They were focused on sets of public buildings located in Sao Paulo State and intended environment for the Three Powers, inserted in the process of modernization and socio-economic intense development of this State. The research provides an overview of projects and works of Sao Paulo State civic architecture and brutalist through a broad survey of information from various sources. A systematic way was utilized to define cases in which, somehow, the projects seek to enable a civic space that surpass the simple functional and programmatic need of the buildings searching the configuration of a 'Heart of the City'.

By understanding that these works of civic character, in Sao Paulo State, in the 1950s and 1960s, reveal proposals which aimed to enable the idea of 'Heart of the City', then, under discussion in the panorama of architecture and urbanism at that period, consolidating and opening new ways for the production of Brazilian modern architecture. They were in tune with international discuss of that time and participating in the renewal of urban centers in which they operate and also by their monumentality. By the analysis and comparison of different works, by cases studies, both nationally and internationally, it was found that the assignment strategies adopted in these designs, innovative aspects, conceptual and technical adopted, with a view to make possible the activation of the 'Heart of the City'.

The case studies of the monumental and civic architectures showed up then contextualized in Brazilian Modern Architecture, with the development plan of the government of Juscelino Kubitschek (1956-1961) and the Action Plan of the Government Carvalho Pinto (1959-1966). Furthermore, were also related to the topic of international civic centers, discussed in CIAMs - International Congresses of Modern Architecture, mainly in its eighth edition in 1951 in Hoddesdon, England.

The Sao Paulo case studies included: the Civic Center of Santo Andre, the Legislative Assembly of the State of Sao Paulo, Municipal City Hall of Sao Bernardo do Campo, Marilia and Franca, as well as forums of Itapira, Avare, Araras, Rio Claro and Piracicaba. Other buildings were also considered: the Square of the Three Powers in Brasilia (DF), Civic Center of Curitiba (PR), and the Legislative Assembly of Minas Gerais (MG) - on the national scene - and the Civic Centres of San Juan (Argentina) and Medellín (Colombia), the New City Hall of Toronto (Canada) and the Capitol of Chandigarh (India) – at the international scene.

Comparisons and connections with the urban situation, deployment, location, structure, plastic and Monumentality of the buildings gave to these projects the activation of an urban renewal, working mostly for the creation of a 'Core'.

Faced with such considerations, one can conclude that the international debates and concepts discussed in the decades from 1940 to 1960, as the 'Heart of the City' and Monumentality of the buildings were placed in the works carried out at national level. They were more detailed in the regional study where was the development of São Paulo State for the construction of these buildings - which were on behalf of activation of the 'Heart of the City' through civic and monumental architecture.

Keywords: Civic Architecture. Paulista Architecture. 'Heart of the city'.

TRÊS PODERES:

A ARQUITETURA CÍVICA PAULISTA, 1950-1970

O objeto deste estudo desenvolveu o tema “Arquiteturas Cívicas” em projetos regionais, nacionais e internacionais através da análise dos Estudos de Casos nos Três Poderes de Governo realizados nos anos 1950 a 1970.

Entendeu-se aqui por Arquitetura Cívica aquela destinada a abrigar as funções cívicas governamentais, ou seja, os equipamentos necessários ao exercício dos Três Poderes da República em todas as instâncias – Federal, Estadual e Municipal; cujo projeto frequentemente buscou configurar um novo setor na cidade, um agrupamento de novos conjuntos de edifícios constituindo marcos na paisagem, representando o poder e a organização dos municípios, dos estados e da união federativa; conjuntos que frequentemente incluíram e combinaram espaços abertos e/ou fechados para lazer e cultura.

Estes projetos arquitetônicos de edifícios públicos de uso político-administrativo estão contextualizados na Arquitetura Moderna Brasileira, no momento da construção de Brasília (1956-1961) e do Plano de Desenvolvimento do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) em âmbito nacional e do Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (1959-1966) no aspecto regional. O relacionamento com o tema de centros cívicos internacionais também ocorreu nos pontos abordados pelos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna – CIAMs.

O Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto (PAGE) estava em sintonia com as propostas de desenvolvimento acelerado do governo federal, pois: *“Além das similaridades econômicas e políticas, os dois planos tiveram em comum, o forte lastro na arquitetura, como imagem de progresso e modernidade, (...)”* (CAMARGO, 2009)

Amparado em pesquisas realizadas sobre o ‘Coração da cidade’ e a Monumentalidade dos edifícios – temas abordados nos CIAMs – o foco do estudo se deu pela análise dos Estudos de Caso situados na produção Cívica Paulista, identificando o que cada um destes conjuntos arquitetônicos trouxe de contribuição para esse debate e para a concretização de uma estrutura urbana moderna.

Como foco principal, abordou-se o estudo dos conjuntos de edifícios situados no ambiente paulista e destinados aos Três Poderes, inseridos no processo de modernização socioeconômica e intenso fomento do Estado de São Paulo, o qual buscou estabelecer um panorama de projetos e obras da Arquitetura Cívica Paulista e Brutalista, consolidando uma estrutura urbana onde as esferas política e cultural da vida pública almejavam não apenas abrigar suas atividades, mas igualmente, criar um novo centro para a cidade.

Um amplo levantamento de informações em várias fontes proporcionou a análise de projetos e obras destinadas a equipamentos cívicos, incluindo Fóruns (poder judiciário), Câmaras e Assembleias (poder legislativo municipal e estadual) e Edifícios Administrativos Municipais e Estaduais (poder executivo), constituindo assim os Três Poderes de Governo.

Estes edifícios compõem os Centros Cívicos, sejam eles representados pela soma dos Três Poderes a equipamentos culturais, ou com apenas alguns deles presentes. Quase sempre buscavam, de alguma maneira, ativar um espaço cívico que extrapolasse a simples necessidade funcional e programática do edifício, em busca da configuração de um “Coração de cidade” – tema de grande importância, discutido em intensos debates desde meados da década de 1940.

Uma revisão teórica sobre o panorama cultural, político e arquitetônico dos anos 1940-60 revelou a importância do debate sobre o tema ‘Coração da cidade’ e por extensão, dos Centros Cívicos. Algumas críticas surgiram e buscou-se expandir o seu significado, considerando outras questões também relevantes para o desenho das cidades. No Manifesto de 1943 “Nove Pontos da Monumentalidade” escrita por Siegfried Giedion, José Luis Sert e Fernand Léger, foi abordada a questão da Monumentalidade dos edifícios e espaços públicos, assunto a seguir retomado nos debates do oitavo CIAM cujo tema foi justamente o ‘Coração da Cidade’. Esses debates tiveram importantes repercussões no urbanismo e na Arquitetura Cívica internacional e brasileira, sendo os anos 1950-60 o momento da construção de muitos centros cívicos em todo o mundo, assim como no Brasil.

Adicionalmente, nas décadas de 1950 a 1970 verificou-se um incremento de projetos em vários programas, inclusive o de arquiteturas cívicas, aqui entendidas em amplo senso – ou seja, englobando centros político-administrativos, equipamentos públicos (praças, teatros, bibliotecas, espaços para exposições, dentre outros) e instalações para o Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário; cujas propostas frequentemente se mostravam interessadas não apenas em atender os seus respectivos programas funcionais, mas igualmente, em ativar o potencial desses projetos como fator de renovação dos centros urbanos, onde o Centro Cívico teria também o papel de resgatar a centralidade e dar vida para ao coração do conjunto urbano.

O ‘Core’ enfatizava o processo de recentralização, tornando o núcleo central (original e histórico ou planejado e moderno) da cidade, um verdadeiro coração físico da comunidade, especialmente destinado a abrigar os edifícios representativos da sociedade democrática e igualmente, um lugar para a livre manifestação da comunidade social. Em 1943 Giedion, Sert e Leger já haviam abordado em seu manifesto o tema da Monumentalidade no marco da arquitetura e urbanismo modernos, onde: *“As pessoas querem que os edifícios que representam sua vida social e comunitária possam dar-lhes uma satisfação funcional maior. Querem satisfazer sua aspiração à monumentalidade, à alegria, ao orgulho e à comoção.”* (SERT, 1943)

Desta forma, a dimensão artística tratada na reorganização da vida comunitária, moldava a vida emocional das massas, participando na construção de centros cívicos e comunitários, como

espaços qualificados para a ação coletiva. É nesse sentido – de representação de uma comunidade fundada nos ideais democráticos – que Giedion recupera e reintroduz, com valor positivo, a noção de ‘Monumentalidade’, nos debates da modernidade dos anos 1945-1970. Nesse sentido, buscava também a interação entre as esferas públicas, como o espaço civil, com a sociedade, transformando o ‘Coração da cidade’ como um novo centro para a comunidade. (GIEDION, 1963)

Em sua oitava edição, no CIAM de 1951, ocorrido em Hoddesdon – Inglaterra, discutiu-se o tema “O Coração da cidade: por uma vida mais humana da comunidade”. Segundo Giedion, em resumo ao oitavo CIAM, havia a preocupação de tratar do equilíbrio no mundo do indivíduo e na coletividade. Desta forma, foi preferida a utilização da palavra inglesa ‘Core’ para dar o significado desejado, o qual foi considerado “*o elemento que faz de uma comunidade uma comunidade e não simplesmente um conjunto de edifícios.*” (GIEDION, 1955)

Para melhor compreender a inserção das obras paulistas no panorama de debates da época, alguns Estudos de Caso internacionais e nacionais compreenderam a seleção de obras. As obras internacionais destacadas no período proposto, bem como projetos e obras brasileiras concomitantes as paulistas, foram objeto dos Estudos de Caso desta pesquisa, englobando a análise dos aspectos construtivo, formal, compositivo, e demais características pertinentes, enfatizado na análise.

Foram selecionados para fichamentos (dados, imagens e desenhos) de projetos e obras Paulistas, os projetos de Centros Cívicos completos (Três Poderes representados) como, por exemplo, os Centros Cívicos de Santo André, São Bernardo e Franca – e Centros Cívicos incompletos (formados por edifícios isolados para um ou dois dos Poderes) como é o caso dos Paços Municipais de Bauru, Marília, Campinas e Guarujá, dos Fóruns de Promissão, Itapira, São José dos Campos, Avaré, Socorro, Porto Feliz, Rio Claro e Piracicaba, da Assembleia Legislativa de São Paulo e das Secretarias da Fazenda e Agricultura de São Paulo. (PEREIRA, 2012)

Entende-se que esses edifícios não devem ser compreendidos de maneira isolada, mas como tentativas, ainda que incompletas, de realizar espaços cívicos significativos para as cidades em que se inserem. De fato, a maioria deles procurou de alguma maneira exceder sua função programática (Fórum, Assembleia, Centros Cívicos, Paços Municipais e outros), tanto pelo seu aspecto formal monumental como por buscar, quase sempre, transbordar-se em espaços de uso coletivo; inclusive muitas vezes incorporando atividades extras de cunho cultural, como auditórios, teatros e galerias de exposição.

Os projetos cívicos, em sua maioria, buscaram expressar a representatividade das instituições que abrigaram pelo emprego de estratégias de monumentalização de seus edifícios e dos espaços públicos por eles gerados, estabelecendo relações de contraste com as atividades cotidianas. Os projetos dessa época (anos 1950-1970) também propuseram o favorecimento de uma estrutura urbana moderna, onde as integrações das esferas políticas e culturais da vida

pública almejavam ativar a ideia de 'Coração da cidade' com a criação de um novo centro para uso da sociedade; dando assim sequencia aos debates internacionais então em curso sobre esse tema.

Uma abordagem panorâmica inicial das obras cívicas, realizadas no período das décadas de 1950 e 1960, ajudou a compreender como o panorama das obras paulistas, realizados por distintos arquitetos, com materiais e formas construtivas próprias, também participava do mesmo cenário cultural internacional.

Nem sempre as preocupações sociais, expressas nos debates internacionais foram plenamente atingidas. Porém, essas arquiteturas paulistas se aproximaram das questões socioculturais e dos princípios e interpretações da Arquitetura Cívica e dos conceitos teóricos discutidos nesse período, o que permitiu considerar que essas obras também foram embasadas nos conceitos e ideais do 'Coração da cidade', do centro cívico, do local de reunião da comunidade, etc., e mesmo quando, nesses projetos, "incompletos" em seu programa, os centros cívicos buscavam ativar esses ideais.

Foram selecionados casos expressivos para uma análise mais aprofundada, adotando-se para essa escolha, critérios de acessibilidade de informações, relevância dos autores e cidades, seja projeto ou obra construída. A análise destas obras verificou as estratégias projetuais seguidas nos projetos, estudando suas inovações de conceitos e técnicas adotados em termos de estrutura, organização dos espaços, materialidade e outros aspectos relevantes, buscando compreender como essas propostas lidaram com o tema da Monumentalidade, examinando os arranjos compositivos de cada edifício e do conjunto, seus vazios, internos e externos, suas propostas paisagísticas e de integração com o entorno, bem como sua inserção urbana e de que maneira pretendiam ativar essas áreas cívicas como 'Coração da cidade'.

A seleção das obras abrangeu os projetos paulistas do Centro Cívico de Santo André, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Paços Municipais de São Bernardo do Campo, Marília e Franca, bem como os Fóruns de Itapira, Avaré, Araras, Piracicaba e Rio Claro, os quais foram utilizados para análise comparativa da arquitetura cívica paulista com casos nacionais e internacionais nas décadas de 1950 e 1960.

Estudo de Caso 1: Centro Cívico de Santo André

O primeiro estudo de caso selecionado constitui um Centro Cívico completo – com os Três Poderes representados, somados a equipamentos culturais. O Centro Cívico de Santo André está situado na Grande São Paulo, localizado junto ao centro da cidade numa área já consolidada e é resultado de um concurso privado de arquitetura no ano de 1965, organizado pelo IAB-SP, cujo vencedor foi o escritório do arquiteto Rino Levi, juntamente com Roberto Cerqueira Cesar e Luiz Roberto Carvalho Franco, seus associados.



Imagem 01: Fotos do Centro Cívico de Santo André _ Fonte: disponível em santoandre.sp.gov.br, acesso em 13/03/2010 as 22h22.

Este concurso foi idealizado devido ao ritmo acelerado de crescimento da economia e da população, semelhantemente ao que ocorreu com o Plano Diretor de Medellín na Colômbia, que também se fez necessário, pois a economia e a população estavam em crescente desenvolvimento. Para tal solução, um desenvolvimento linear foi proposto em 1949 com a finalidade de interligar os setores existentes às novas propostas, como o novo núcleo do Centro Cívico para a cidade.

A arquitetura com “alma brasileira” de Rino Levi integra sua arquitetura à paisagem e cria uma nova estrutura urbana que reproduza um tipo de sociabilidade característica das cidades tradicionais, inserida num centro urbano já constituído. Sendo assim, Rino Levi e sua equipe na apresentação do projeto afirmaram: *“Na concepção do projeto o Centro Cívico não foi, porém, considerado meramente como um conjunto de edifícios. Foi tratado como centro de convergência da população. Centro destinado a atrair as pessoas e propiciar ambiente para o contato humano, a troca de ideias e as manifestações da vida em sociedade.”* (ANELLI; GUERRA; KON, 2001)

Entendem-se aqui o Centro Cívico como conjunto de edifícios e espaços destinados a abrigar a vida cívica, incluindo órgãos administrativos do Poder Executivo, assembleias e escritórios do Legislativo, tribunais e fóruns do Judiciário, manifestando-se em conjuntos completos, frequentemente incluindo edifícios para fins culturais, como bibliotecas, centros de exposição, auditório ou teatro, praça de eventos e outros. Sendo assim, o Centro Cívico de Santo André se enquadra neste entendimento e configura um novo setor na cidade, onde os conjuntos de edifícios construídos constituem marcos na paisagem, que representam o poder e a organização destas cidades, aliados a espaços de lazer e cultura. Estes são símbolo e exemplo do quadro urbano moderno projetado para o município, ou seja, um monumento.

O Centro Cívico de Santo André abrange o Paço Municipal, o Centro Cultural, a Câmara dos Vereadores, a Praça Cívica e área de estacionamento, além do Fórum (edifício fora da alçada municipal, porem não participou do concurso e o projeto é do arquiteto Jorge Bonfim). Está localizado na Praça IV Centenário, cujo terreno possui 110 mil metros quadrados.

O projeto foi concebido como um conjunto de edifícios e espaços destinados a abrigar a vida cívica e não somente edifícios governamentais, mas como um local para manifestações da vida em sociedade, um centro de convergência, um coração.



Imagem 02: Fotos do Teatro e praça; Câmara Municipal e eixo monumental com Fórum, Prefeitura, Câmara Municipal e Praça Cívica em Santo André _ Fonte: fotos do autor em 10/04/2010.

O partido adotado por Rino Levi em seu projeto tirou proveito do terreno com 10 metros de desnível, organizando-o em três níveis escalonados e entrelaçados pela torre administrativa, gerando três praças com caráter e uso diferenciados. Cada praça possui seus acessos independentes aos edifícios: na cota superior, acesso à Prefeitura (poder Executivo), Câmara Municipal (poder Legislativo) e Fórum (poder Judiciário), dando continuidade ao espaço urbano do centro da cidade por uma passarela em nível sobre uma das avenidas circundantes; na cota intermediária, acesso à Secretaria da educação e cultura, biblioteca, salões de exposições e teatro, configurando uma Praça Cultural; e na cota mais baixa, um acesso ao atendimento ao público e estacionamentos.

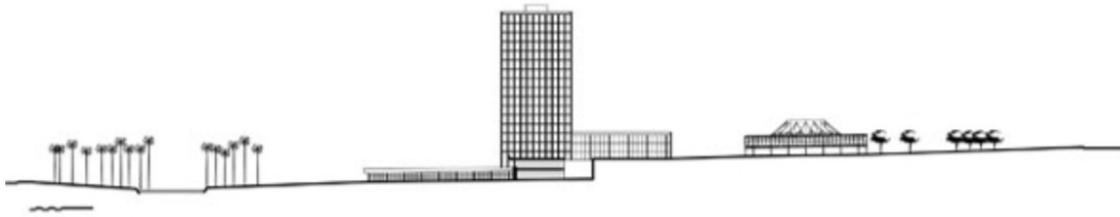


Imagem 03: Corte geral do Centro Cívico de Santo André _ Fonte: ANELLI, R.; GUERRA, A.; KON, N., *Rino Levi: arquitetura e cidade*. 2001, p.255.

Sendo assim, estabelece-se uma nítida hierarquia entre os três níveis que se adaptam à topografia circundante, fazendo do arranjo programático-funcional a principal característica de sua implantação. Os acessos, os usos e a proposta de espaços públicos criaram a identidade da obra, trazendo à população o sentido de ‘Coração da cidade’ para este espaço cívico.

Este complexo se integra à Praça IV Centenário com seus grandes pisos (praças e jardins), com projeto e execução do paisagismo por Roberto Burle Marx. Estes grandes pisos estão sobre a laje das coberturas dos pavimentos inferiores. Desta forma criou-se uma topografia artificial, da qual somente se destacam os volumes principais. A hierarquização e a topografia artificial são recursos que começaram a ser utilizados na época. Utilizando-se dos mesmos elementos temos como exemplo o *New City Hall* (prefeitura) de Toronto no Canadá – projeto também realizado através de concurso, em 1958, com inauguração da obra em 1965.



Imagem 04: Fotos do *New City Hall* de Toronto _ Fonte: fotos do autor em 15/06/2011.

Projetado para ser um espaço público que agregasse os edifícios da administração pública ao mesmo tempo em que se propunha como espaço de lazer, a construção do Centro Cívico de Santo André se tornou um marco identificador neste período. Do mesmo modo ocorreu com o Centro Cívico de Curitiba – Estado do Paraná, o qual teve seu projeto organizado a partir da praça cívica circundada pelos edifícios político-administrativos estaduais, criando um novo centro comum – o ‘Coração da cidade’.

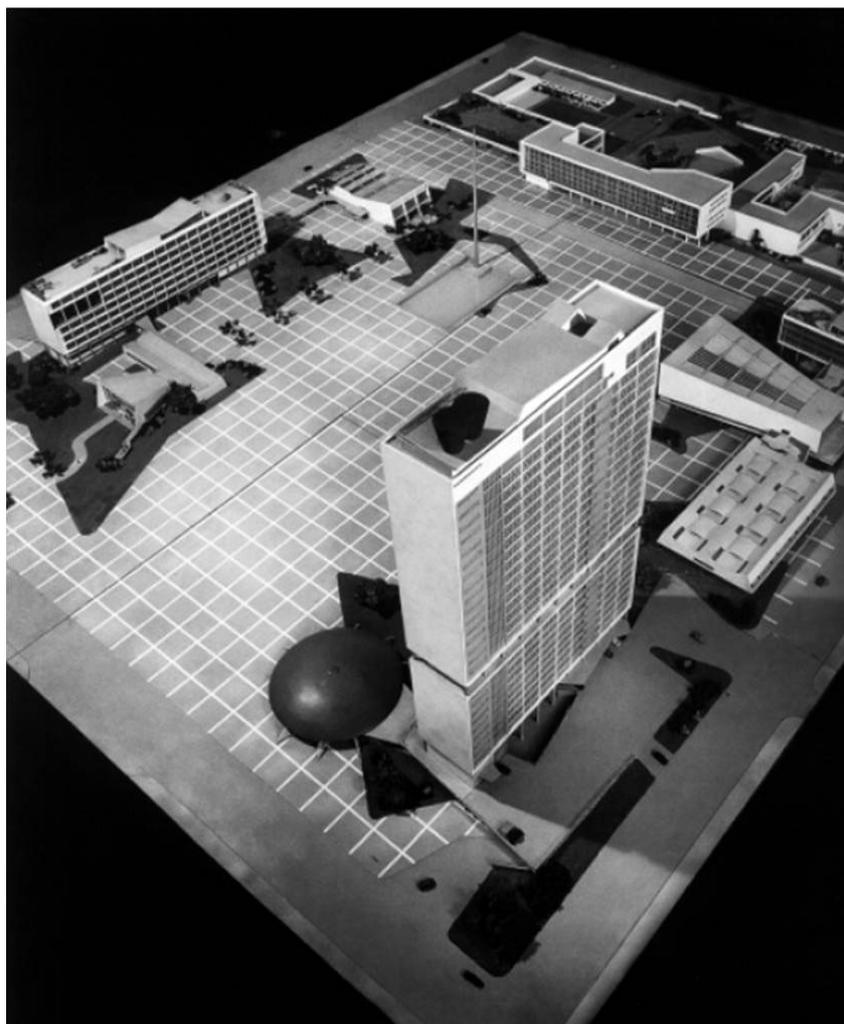


Imagem 05: Perspectiva da maquete do Centro Cívico de Curitiba _ Fonte: MUELLER, O. *Centro Cívico de Curitiba Um Espaço Identitário*. 2006, p.71.

Sendo assim, o estudo do Centro Cívico de Santo André procurou ligar a monumentalidade dos edifícios às atividades cotidianas da população, criando espaços públicos de caráter cívico, como praça (coberta ou aberta) e ambientes fechados, tais como: centro cultural e teatro. Propôs também que a estrutura urbana pudesse favorecer e articular as esferas políticas, cultural e cotidiana da vida pública, criando um novo centro para a cidade.

Estudo de Caso 2: Paço Municipal de São Bernardo do Campo

O segundo caso selecionado para análise constitui um Centro Cívico incompleto – pois possui apenas dois poderes representados em seu conjunto (Executivo e Legislativo) somados a praça cívica e área de estacionamento. O Paço Municipal de São Bernardo está situado na Grande São Paulo e implantado na Praça Samuel Sabatini, localizada numa área de várzea no centro da cidade também no Estado de São Paulo. A obra em questão foi um desejo da prefeitura em criar

um edifício administrativo, seguindo as questões em debate no período de 1960, assim como em Santo André. Porém esta extrapolou sua função inicial de se construir somente um edifício administrativo e se tornou um marco referencial para toda a região, redesenhando uma confluência histórica no desenvolvimento urbano bernardense.

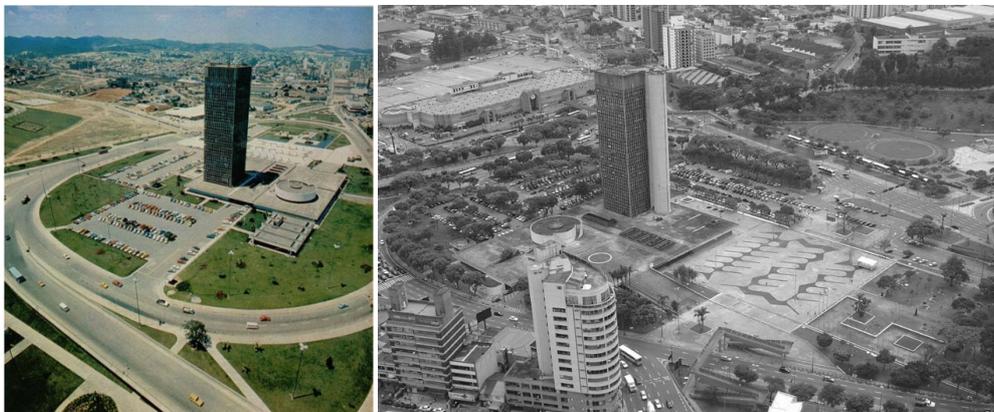


Imagem 06: Fotos do Paço Municipal de São Bernardo _ Fonte: disponível em radiozfm.org, acesso em 03/06/2011 as 14h13 e saobernardo.sp.gov.br, acesso em 03/06/2011 as 12h52.

O projeto deste Paço também chamado de Paço Municipal “Presidente Tancredo Neves”, tem em sua autoria os arquitetos Jorge Bonfim, Mauro Zuccon, Roberto Tross Monteiro e Toru Kanazawa, todos pertencentes ao quadro de funcionários do Departamento de Obras da Prefeitura de São Bernardo, sendo estes chefiados por Jorge Bonfim. O projeto data de 1964.

A principal ideia do projeto partiu de uma grande laje de 7.500 metros quadrados em cota única formando uma Praça Cívica, onde foram implantados os edifícios da Prefeitura (executivo), Câmara Municipal (legislativo) e Teatro (equipamento cultural), além da área externa, onde o projeto paisagístico com linhas geométricas delimitaram os espaços ajardinados, o espelho d’água e o estacionamento. Os espaços administrativos e de serviços foram alocadas sob a laje, para não interferir no desenho externo do complexo.

Este novo conjunto do Paço se tornou um marco referencial para toda a região, pois o partido adotado organizou o programa do poder executivo em uma única torre, tornando o edifício da Prefeitura o mais destacado na paisagem local. A volumetria do projeto definiu-se em embasamento, torre e volume cilíndrico menor apoiado no embasamento, com uma rua interna que abriu caminho e gerou acesso a todo o conjunto: Câmara Municipal, Teatro e Praça.

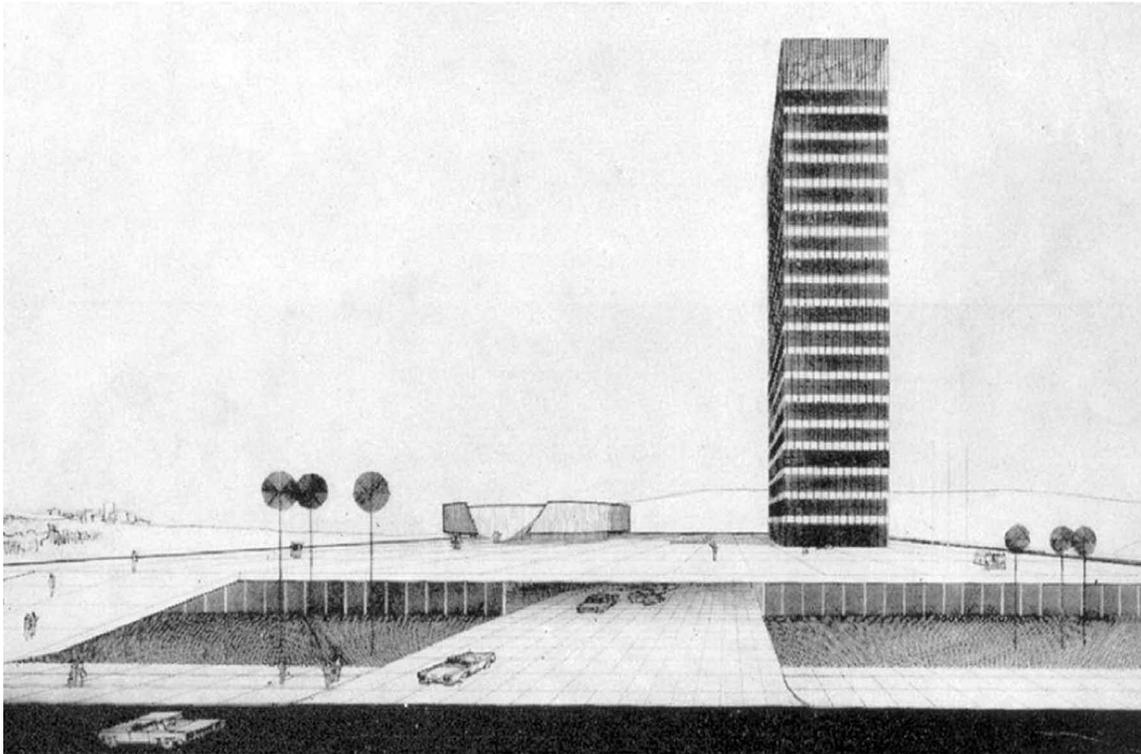


Imagem 07: Perspectiva do Paço Municipal de São Bernardo _ Fonte: Periódico Acrópole, número 320, agosto/1965, p.29.

Desta forma, faz-se clara a distinção visual do embasamento, corpo e coroamento do edifício administrativo em São Bernardo, o que configura nesta obra um marco na paisagem, pois tem agregado a si próprio uma monumentalidade, a qual está diretamente relacionada com a função, a forma e a estrutura deste prédio. A excessiva altura da torre, em proporção exagerada, para transparecer simbolicamente a ideia de poder, de centralização e força do setor administrativo da cidade confere um recurso impositivo de caráter monumental à obra.

Considerando o significado do termo 'Coração da cidade', as obras de Centros Cívicos completos ou não, em sua maioria, buscaram a essência de um espaço público qualificado, que seria um local de reunião da comunidade, bem como tentaram criar um novo centro ou requalificaram um existente para benefício da sociedade livre e democrática, pois é considerado *"o elemento que faz de uma comunidade uma comunidade e não simplesmente um conjunto de edifícios."* (ROGERS; SERT; TYRWHITT, 1955)

Em continuidade às características utilizadas no Paço Municipal de São Bernardo do Campo, a obra do '*New City Hall*' de Toronto no Canadá exemplifica os conceitos e discussões debatidos na época, bem como concretiza em sua obra o marco mais famoso da cidade, não somente pela obra-prima arquitetônica internacional que é, mas pela configuração de espaço público, o qual é destinado à efetivação das condições de cidadania, onde a noção de civismo é determinante no caráter arquitetônico e urbanístico. Como instrumento estes 'Centros Cívicos' determinarão a unidade nacional, nos termos da administração pública.

Projeto de Viljo Revell e fruto de um dos maiores concursos de arquitetura do mundo, o projeto é datado de 1958 e teve sua obra entregue em 1965. O partido adotado foi dividido em quatro partes distintas: a Praça, a laje de embasamento, a Câmara (elemento circular) e as duas torres com alturas diferentes (escritórios da Prefeitura).

As imponentes torres curvas, do Toronto *'New City Hall'*, constituem uma clara diferença entre os prédios da cidade, pois seus aspectos construtivos, compositivos e formais as tornam únicas no *skyline* da cidade. As gentis curvas foram cuidadosamente esculpidas pelo arquiteto chefe a fim de alcançar um total balanço, efetividade, estrutura enxuta e grande simetria.

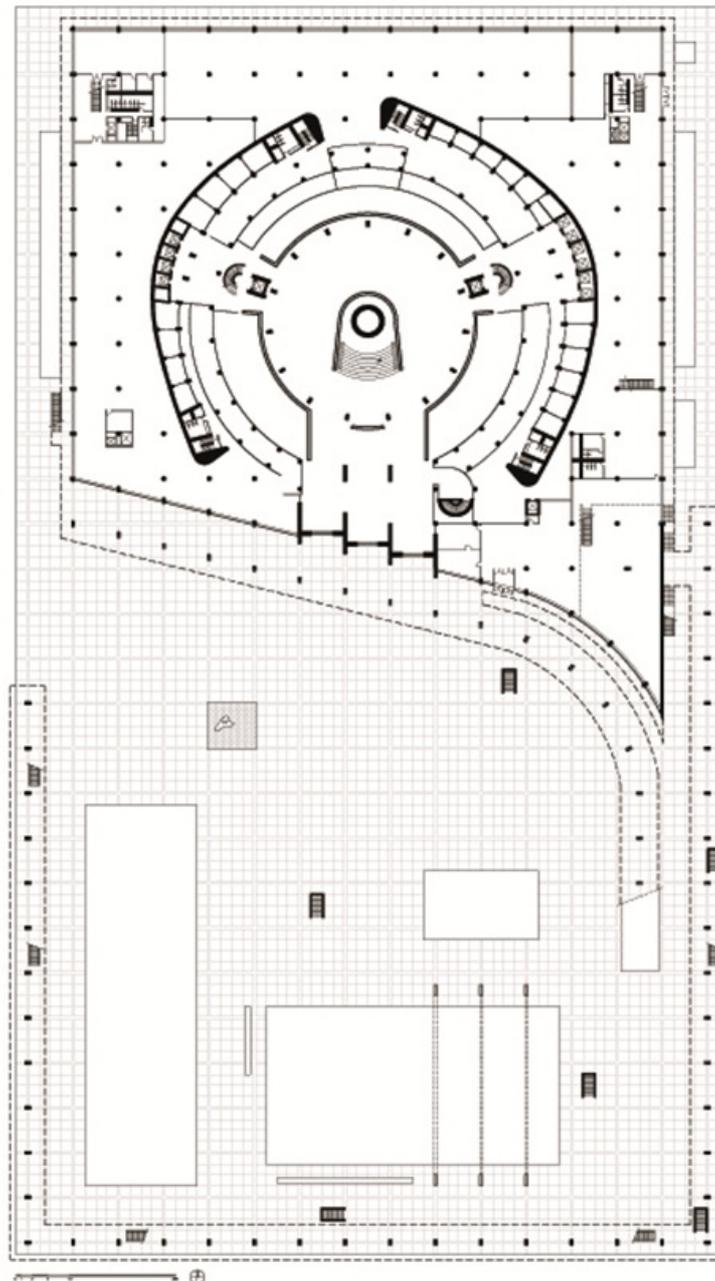


Imagem 08: Implantação / Planta Pavimento Térreo do *'New City Hall'* de Toronto _ Fonte: Redesenho digital do autor.

Desta forma, todo o complexo do ‘*New City Hall*’ projeta uma qualidade escultural, a qual marca a urbe como uma cidade em pleno crescimento. Caracterizada não somente pela arquitetura arrojada na época, mas pelo valor social que qualificou o espaço público. Este espaço público destinado à sociedade propõe a Praça Nathan Phillips como o entretenimento popular e que tem espaço para concertos, festivais e exposições, além de abrigar a escultura “*The Archer*”, o jardim da paz e o espelho d’água que serve de ringue de patinação no inverno.

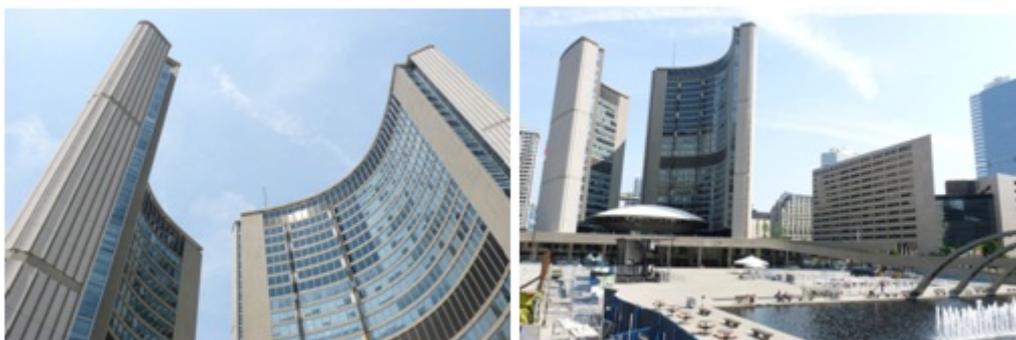


Imagem 09: Fotos das torres, do embasamento e da Praça do ‘*New City Hall*’ em Toronto _ Fonte: fotos do autor, em 16/06/2011.

Desta forma, a utilização desta praça cívica confirma a intenção de se criar espaços qualificados para a ação coletiva, pois está intrínseco o caráter de ‘Coração da Cidade’. Esta obra articulou a arquitetura e o urbanismo e gerou um local agradável e de uso contínuo pela sociedade, pois compareceu com elementos que proporcionaram a qualificação, tornando o “*New City Hall*” de Toronto e o Paço Municipal de São Bernardo do Campo.

Estudo de Caso 3: Paços Municipais de Marília e Franca

O terceiro caso selecionado para estudo e análise da presença da monumentalidade dos edifícios e do centro cívico como ‘Coração da cidade’ é formado pelos Paços Municipais de Marília e de Franca, Estado de São Paulo, os quais também constituem um centro cívico incompleto – pois possuem apenas dois poderes representados em seu conjunto (Executivo e Legislativo) somados à praça cívica, à área para atividades culturais e estacionamento.

O Paço Municipal de Marília, no Estado de São Paulo, foi projetado pelo arquiteto Miguel Badra Júnior, datado de 1954.

O programa do Paço foi elaborado de forma a reunir fatores normalmente solicitados em edifícios públicos, tais como: elasticidade, flexibilidade, progressividade e comodidade. A partir destes fatores, o partido adotado pelo arquiteto foi dividido em dois blocos semi-independentes, o mais alto abrigando o poder Executivo e o mais baixo para as instalações do poder Legislativo.



Imagem 10: Foto do Paço Municipal de Marília _ Fonte: disponível em diariodemarilia.com.br, acesso em 02/06/2011 as 14h07.

Na elaboração da volumetria do edifício, optou-se por elevá-la o máximo possível, a fim de aumentar o espaço livre que circunda o prédio - a Praça - que cria um auditório ao ar livre, o qual pode ter o seu uso com sessões cívicas, manifestações, concertos e atividades culturais.

A configuração de edifício político-administrativo rodeado por praça cívica almeja um ambiente de encontro e reunião da sociedade, estabelecendo um exemplo de *Core* da cidade, o qual foi conceitualmente definido por Ignasi de Solà-Morales:

“a discussão (...) sobre o core das cidades como uma zona a considerar na organização das distintas funções urbanas significou não só a necessidade de um centro pluriforme e de máximo alcance social para a cidade como, sobretudo, a caracterização dessa centralidade como coração, isto é, como o lugar físico no qual encontram assento os sentimentos humanos mais elevados mais necessários para a plenitude de uma arquitetura em busca de um novo urbanismo.” (SOLÁ-MORALES, 1995)

Já o Paço Municipal de Franca, assim como o de Marília é também um centro cívico incompleto, pois tem apenas dois dos poderes representados: legislativo e executivo, agregados a equipamentos culturais. Este Paço é projeto dos arquitetos Arnaldo A. Martino, Antônio S. Bergamin e José G. Savoy de Castro no ano de 1969.

O projeto se utilizou de um partido que refletiu a intenção democrática que norteou a elaboração do programa para o edifício com os Poderes Legislativo e Executivo, ligados à biblioteca e pinacoteca municipais, além de um auditório – formando o centro de atividades culturais da cidade.

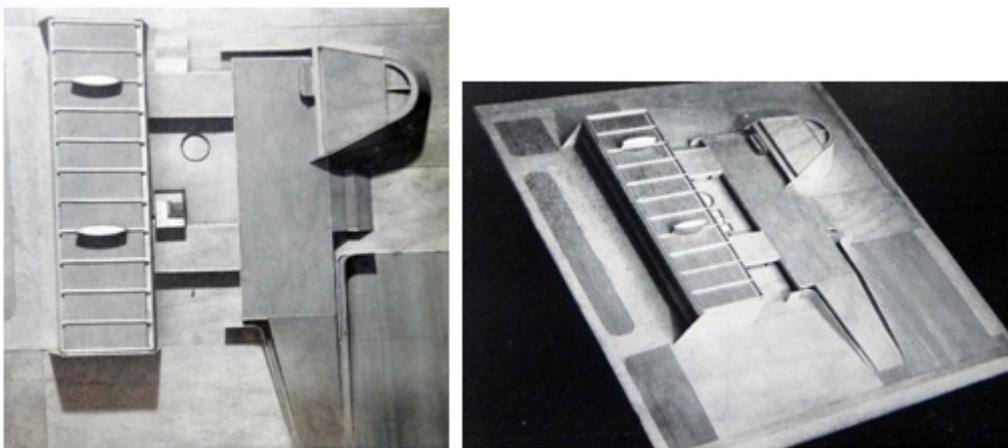


Imagem 11: Maquete do Paço Municipal de Franca _ Fonte: Periódico ACRÓPOLE nº364, p.23 e p.21.

As áreas edificadas no terreno criam uma grande praça em dois níveis, as quais transformam estas circulações internas em prolongamentos naturais das ruas circundantes, assim como as circulações na Praça Cívica do Centro Cívico de Santo André. A Prefeitura e a Câmara de Franca também se organizaram nestes dois níveis, com acessos independentes e voltados para a Praça.

Utilizando-se da forma em que o projeto do Paço Municipal de Franca foi desenvolvido, o conceito de 'Centro Cívico' funcional, que respeita o destino e uso, proporcionou a este local o desenvolvimento da vida em relação aos indivíduos de uma comunidade, gerando centros de reunião.

No entanto, a vida cívica não depende somente da existência de um marco favorável, mas da estrutura política, social e econômica de cada comunidade. Esta estrutura é que deve permitir o livre e democrático intercâmbio de idéias, conferindo aos Centros Cívicos a consolidação do governo democrático.

Outro exemplo que também foi projetado para criar um marco arquitetônico na cidade e uma área de convívio para a população, fora do Brasil, foi o Centro Cívico de San Juan na Argentina.

Este projeto é resultado de concurso de arquitetura em 1971, com o segundo lugar tendo seu projeto construído. Porém em todas as propostas concorrentes, a intenção de novos 'Centros Cívicos' como áreas centrais para criar o 'Core' com novas atividades cívicas servia de âncora ao projeto apresentado.

A autoria do projeto vencedor é dos arquitetos Antonio S. Antonini, Juan M. Llauró, Gerardo S. Shon, José A. Urgell e Eduardo A. Zemborain, a qual foi desenhada para reconstruir o Centro Cívico em San Juan, destruído por terremoto em 1944, com um projeto que propôs novas áreas centrais destinadas a atividades cívicas, conectando o espaço urbano existente às essas novas atividades, num âmbito comunitário.

A obra foi dividida em duas etapas de construção, com a Casa do Governo e os Ministérios em primeira fase e posteriormente os Palácios da Justiça e o Legislativo. Este conjunto cívico

pretendia uma flexibilidade de programas, então módulos ampliáveis configuraram a ocupação dos edifícios, porém estes mantiveram a sua individualidade.



Imagem 12: Fotos do Centro Cívico de San Juan (Argentina) _ Fonte: fotos de Ruth Verde Zein em 12/04/2011.

Na extensão perimetral dos edifícios encontram-se os espaços abertos entre os volumes edificados, o que cria uma praça favorável para o desenvolvimento das atividades sociais e cívicas. Desta forma, a separação pedestre-automóvel também se faz presente neste Centro Cívico, sem excluir o acesso por transportes públicos a esta área, localizado na periferia do conjunto.

Desta forma, seja Centro Cívico com estrutura de Paço Municipal, edifício isolado ou com os Três Poderes representados, os projetos acima analisados configuram a essência da definição de Centro Cívico, que conforme o *Diccionario de Arquitectura de La Argentina*, Centro Cívico é um “conjunto de edifícios institucionais e administrativos, concebidos segundo um projeto arquitetônico unitário, com o objetivo de formar um marco construído significativo, destinado a classificar tanto atividades alojadas como o centro urbano em que se situa.”

Portanto, a proposta de uma interação das atividades cotidianas com a esfera política, administrativa e cultural da vida pública, transformou estes novos centros no ‘Coração da cidade’.

Estudo de Caso 4: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

O presente estudo de caso compreende o edifício da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), localizada na capital do Estado. O projeto tem autoria dos arquitetos Adolpho Rubio Morales e Fábio Kok de Sá Moreira, datado de 1962 com inauguração da obra em 25 de janeiro de 1968 em comemoração ao aniversário da cidade.



Imagem 13: Fotos Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 1968 _Fonte: Divisão de Acervo Histórico ALESP.

Este edifício é a quarta sede do Legislativo no Estado e foi batizado como Palácio 9 de Julho, em homenagem ao dia de início ao movimento constitucionalista de 1932 e da promulgação da Constituição Estadual de 1947. O projeto se organizou em subsolo, andar monumental, andar térreo e outros quatro pavimentos.

Cada face do edifício foi concebida para receber acessos definidos e independentes. A entrada principal – Hall Nobre – ocorre pela esplanada, cuja monumentalidade é acentuada pelas palmeiras imperiais e os mastros. À direita temos a entrada geral do público – Hall Político. Oposto à entrada nobre, acha-se o acesso especial para os deputados e ao lado esquerdo tem-se a entrada administrativa, de acesso aos funcionários.



Imagem 14: Implantação Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo _Fonte: quadro informativo acesso edifício, em visita realizada em 06/10/2010 pela autora.

O edifício foi concebido para abrigar setores distintos, tais como: político, técnico e administrativo, bem como serviços gerais que interliguem estas áreas. Desta forma, se deu suporte aos trabalhos parlamentares, criando áreas de ligação que permitiram independência nos acessos e nas circulações. Todas essas áreas foram projetadas para servir de imediato ao Plenário Juscelino Kubitschek, a Presidência e a Diretoria Geral, ou seja, sempre em função da atividade legislativa.

O volume resultante do projeto da ALESP constituiu um edifício com uma construção retangular em monobloco horizontal, o que conferiu um entendimento plástico simples a obra. A solução ocorreu em seis pavimentos (sendo um semi-enterrado e os demais envolvendo o Plenário) e uma esplanada circundando o edifício, da onde partem as rampas-pontes, que servem de acesso aos halls especiais. Esta intenção criou um marco na paisagem, pois representa o poder e a organização da cidade, sendo símbolo e exemplo do quadro urbano moderno projetado na capital.



Imagem 15: Foto da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo _ Fonte: foto da Autora em 06/10/2010.

Semelhantemente ao observado no edifício da ALESP, o projeto de Oscar Niemeyer para o Congresso Nacional em Brasília – DF também confere identidade ao local, fazendo deste complexo o centro do poder político, econômico, social e cultural de uma nova nação.

O eixo monumental do projeto arquitetônico culmina na Praça dos Três Poderes, que contém o Palácio Presidencial, a Suprema Corte e o Congresso. O projeto do edifício do Congresso tem uma forte força plástica, pois sua localização é o ponto fundamental de referência na cidade, já que está em situação privilegiada no fim da perspectiva formada pelo eixo monumental, pois *“Num programa monumental, a qualidade primordial é a beleza plástica.”* (BRUAND, 2003)



Imagem 16: fotos do Palácio do Congresso em Brasília/DF _ Fonte: fotos do autor em 23/07/2006.

O Palácio do Congresso abriga duas assembleias distintas, a Câmara dos Deputados e o Senado. As Câmaras Legislativas são expressas “em forma de cúpula abatida” (Senado) e “cúpula abatida invertida” (Câmara), ambas dispostas de maneira a parecem se apoiar diretamente na laje do terraço. O edifício do Congresso conta também com suas duas torres que são os escritórios dos Congressistas, mostrando uma harmonia, quase que simétrica, mesmo com elementos com proporções diferentes.

Outro exemplo de Assembleia é o Capitólio (centro governamental) de Chandigarh na Índia, projeto de Le Corbusier em 1956, que abriga o Secretariado, a Assembleia ou Parlamento, o Palácio do Governador e o Tribunal Superior, onde pode expressar livremente suas ideias sobre monumentalidade.



Imagem 17: Fotos do Parlamento de Chandigarh na Índia _ Fonte: disponível em Veja.abril.com.br, acesso em 07/06/2010 as 00h23 e Flickr.com, acesso em 07/06/2010 as 00h31.

O Parlamento é um edifício em concreto aparente, de formato ortogonal, com uma grelha de colunas em seu interior, a qual tem seu ritmo regular da malha de pilares interrompido para introduzir o vazio da Assembleia, que está no meio da estrutura. A estrutura em forma de funil ou chaminé hiperbólico, em pano de concreto que abriga o salão da Assembleia, se eleva sobre a cobertura em direção ao céu. Desta forma, a cúpula é um elemento totalmente independente no

sentido formal, plástico e estrutural do restante do edifício. O prédio é conformado por elementos estruturais na fachada principal, marcando um ritmo constante e espaçado.

E por fim, o projeto para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (Palácio da Inconfidência) que igualmente foi projetado para ser um marco arquitetônico em sua cidade - Belo Horizonte. Neste Concurso, a proposta da equipe formada por Francisco Petracco, Jon Maitrejean, Nelson Morse e Telésforo Cristófani foi a que mais se assemelhou à Assembleia de São Paulo. A proposta era um edifício em monobloco, dividido em galerias laterais e plenário, dos quais grandes pilares e lajes nervuradas formassem o volume ao lado de uma praça que serviria como local para manifestações cívico e políticas.

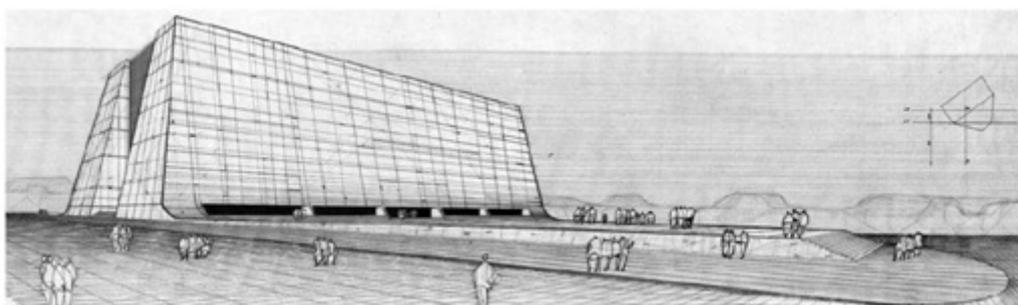


Imagem 18: Perspectiva externa do Palácio da Inconfidência (MG). _ Fonte: ARAUJO, F. *Telésforo Cristófani (1929 – 2002), contribuições à arquitetura paulista*. Dissertação de Mestrado FAU-MACK, 2009, p.45.

Este grande hall interno que daria continuidade a praça externa para os visitantes que seguissem a plenária, teve a mesma importância dos halls e do plenário para o projeto da Assembleia, tanto em São Paulo quanto em Minas.

De mesmo modo, os halls e as plenárias dos distintos domicílios legislativos acima citados conferiram monumentalidade aos edifícios, tem sua implantação urbana como fator impositivo na forma plástica da obra, além da sua intencionalidade de manifestação popular perante o governo. Isso porque as edificações públicas que compõem os poderes que formam o Centro Cívico refletem o modo de organização pública, caracterizam o lugar e a representação desta organização política, além de constituir um espaço urbano qualificado para a cidade. Estas obras cívicas aumentaram a relação entre arquitetura e organização política.

Estudo de Caso 5: Fóruns do Estado de São Paulo

O quinto e último estudo de caso selecionado para análise é formado por Fóruns do interior do Estado de São Paulo: Itapira, Avaré, Araras, Piracicaba e Rio Claro, os quais constituem centros cívicos incompletos – pois possuem apenas um poder representado em seu conjunto (Judiciário), normalmente somado a uma praça cívica.

O primeiro Fórum analisado é o de Itapira, e tem sua autoria pelo arquiteto Joaquim Guedes no ano de 1959. O programa desenvolvido por Guedes se articulou em torno de um grande espaço central aberto, a Praça, que se integra com o exterior e para onde também convergem as áreas de trabalho, facilitando a distribuição do programa e o atendimento ao público. O projeto é estruturado em dois blocos com uma praça central, a qual libera parte do térreo para usufruto da cidade, criando um local de reunião da comunidade.



Imagem 19: Fotos do Fórum de Itapira _ Fonte: CAMARGO, M. J. *Joaquim Guedes*, p.59-60.

O arranjo em torno do vazio central – a Praça – é comum aos projetos de Fóruns desse período no Estado de São Paulo, realizados por outros autores afinados com o brutalismo paulista, como os Fóruns de Promissão, Araras, Avaré e São José dos Campos.

O Fórum de Avaré teve seu projeto encomendado a Paulo Mendes da Rocha e João de Gennaro pelo Plano de Ação do Governo Carvalho Pinto, cuja data de projeto é de 1961.

O partido utilizado cria uma praça coberta sob uma estrutura porticada, fazendo da essência do edifício, uma praça coberta de abrigo para a população que o utiliza. A organização do prédio se divide em duas áreas laterais e o vazio central, tornando o edifício permeável ao público e ao mesmo tempo, preservando a intimidade de suas atividades.

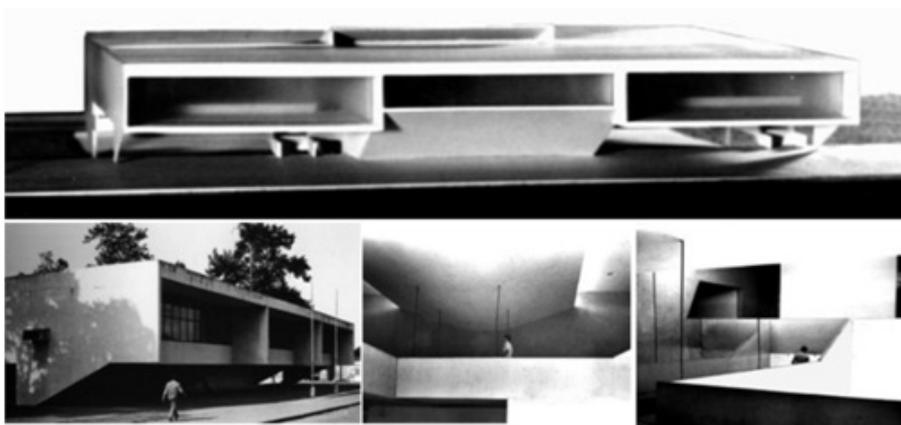


Imagem 20: Maquete e Fotos do Fórum de Avaré _ Fonte: arquivo P.M.ROCHA, disponível em arquiteturabrutalista.com, acesso em 27/05/2011 as 17h56.

Desta forma, os novos edifícios político-administrativos implantados no interior do Estado de São Paulo têm uma função social, a qual possibilita locais abertos e de abrigo para a comunidade, de forma que esta população possa usufruir, uma vez que toda comunidade tem a necessidade de se reunir.

Seguindo o mesmo conceito de Praça Cívica para reunião da população em edifícios do Poder Judiciário, encontramos o Fórum de Araras, projeto de Fábio Penteado e José Ribeiro em 1960. Um projeto elaborado para o acesso de todos, com uma laje que abriga a praça coberta e blocos distintos: o auditório, as escadas, os cartórios e os setores administrativos e de serviços.

A obra conta com um painel do artista plástico Mário Gruber, localizado na parede externa da sala do auditório. A exploração da arte associada à arquitetura desempenhou aqui um importantíssimo papel, pois enriqueceu a linguagem arquitetônica e conferindo uma monumentalidade ao edifício.

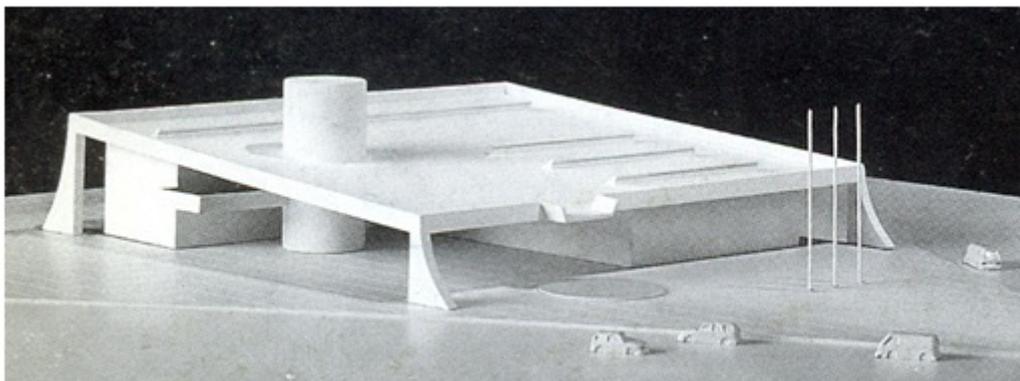


Imagem 21: Maquete do Fórum de Araras _ Fonte: PENTEADO, F. *Fábio Penteado: ensaios de arquitetura*, p.56.

Outro exemplo é o Fórum em Piracicaba, com autoria do arquiteto Afonso Eduardo Reidy e datado de 1964. As exigências do programa do Fórum levaram o arquiteto a definir o partido em dois pavimentos superiores e um semi-enterrado, resultando numa solução compacta.

Sem a necessidade do uso de elevadores no edifício, todos os ambientes se conectam ao centro do edifício, onde se localiza o hall de entrada com os acessos ao pavimento superior e o Salão do Júri, ambos com pé-direito duplo e iluminação zenital provenientes dos sheeds na cobertura, criando uma praça interna.

Desta forma, o centro funcional que é o local onde se desenvolve a vida em relação aos indivíduos de uma comunidade, proporciona um espaço urbano qualificado para a cidade.

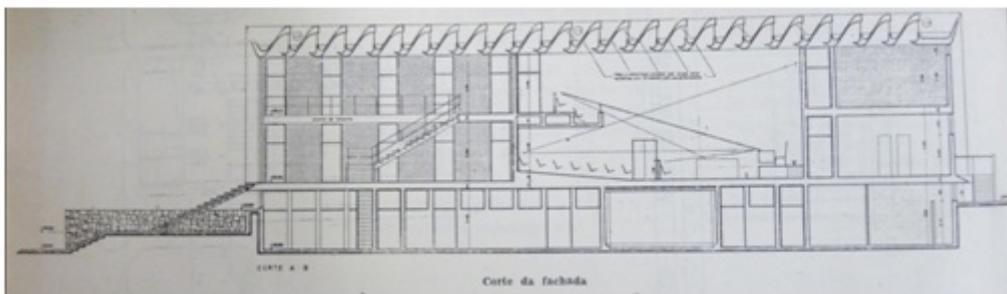


Imagem 22: Corte do Fórum de Piracicaba _ Fonte: Periódico ARQUITETURA nº30, p.10.

Para exemplificação dos temas constatados nos estudos de caso acima, temos ainda o Fórum de Rio Claro. Projeto realizado em 1963 pela Cardim & Cardim LTDA, que não teve sua construção realizada.

O projeto organizou o programa em embasamento (pavimento térreo e primeiro andar), segundo andar (piso livre) e torre, com acessos, circulações e usos bem definidos. A animação volumétrica da obra foi representada pelo contraste entre a torre e os pátios, os espaços abertos e os fechados, os quais conferiram a monumentalidade pretendida, além de criar um centro de convivência.



Imagem 23: Perspectiva e corte do Fórum de Rio Claro _ Fonte: Periódico ACRÓPOLE nº292, p.113.

Através dos Estudos de Casos, foram analisadas obras cívicas no Estado de São Paulo nas décadas de 1950 e 1960 entendidas como propostas que visam ativar a idéia do 'Coração da cidade'.

Comparações e conexões com a situação urbana, implantação, localização, estrutura, plástica e a Monumentalidade dos edifícios conferiram a estes projetos a ativação de uma renovação urbana, colaborando em sua maioria para a criação de um 'Core da cidade'.

Pode-se concluir que os debates e conceitos internacionais discutidos nas décadas de 1940 a 1960, estavam presentes nas obras realizadas no âmbito nacional, mais detalhadamente no âmbito regional estudado, onde ocorreu o fomento do Estado de São Paulo para a sua construção, sempre com projetos e obras elaborados em prol da ativação do 'Coração da cidade' através dessas Arquiteturas Cívicas e Monumentais.

NOTAS:

Aliata, Fernando; Liemur, Jorge Francisco. **Diccionario de arquitectura en la Argentina:** estilos, obras, biografías, instituciones, ciudades. Buenos Aires: Diário Clarín, 2004. 6 volumes. Volume 1, C-D, p.59-66.

Apresentação do projeto em AAVV. **Rino Levi.** Milano, Edizioni di Comunità, p.158. Apud Anelli, Renato; Guerra, Abilio; Kon, Nelson. **Rino Levi: arquitetura e cidade.** 2001, p.230

Bruand, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil.** 2003, p.203-204

Camargo, Monica Junqueira de. **Poéticas da Razão e Construção: Conversa de Paulista.** Tese de Livre Docência, FAU-USP. São Paulo, 2009. p.182

Giedion, Sigfried. **Arquitectura y Comunidad.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1963.

Giedion, Sigfried. **El Corazón de la ciudad: Resumen** . In: Rogers, Ernesto Nathan; Sert, Josep Lluís; Tyrwhitt, Jonh (org.). **El corazón de la ciudad: por una vida más humana de la comunidad.** Barcelona: Ed. Hoepli, 1955, p.160

Pereira, Raquel Machado Marques. **Três Poderes: A Arquitetura Cívica Paulista, 1950-1970.** Dissertação de Mestrado, FAU-MACK. São Paulo, 2012.

Sert, Josep Lluís. (1943) apud Frampton, Kenneth. **História crítica da Arquitetura Moderna.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003. 1ª edição, p.329

Solá-Morales, Ignase de. **Diferencias: topografías de la arquitectura contemporánea.** Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 1995, p.229.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Braga, Milton Liebenritt de Almeida. **O Concurso de Brasília: sete projetos para uma capital.** São Paulo: Cosac & Naify, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, MCB, 2010.

Camargo, Monica Junqueira de. **Poéticas da Razão e Construção: Conversa de Paulista.** Tese de Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo – Universidade São Paulo. São Paulo, 2009. Vol. único, 373 páginas.

Frampton, Kenneth. **História crítica da Arquitetura Moderna.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003. 1ª edição.

Freixa, Jaume. **Josep Li. Sert.** Barcelona: G. Gili, 1979.

Giedion, Sigfried. **Arquitectura y Comunidad.** Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1963.

Lemos, Carlos Alberto Cerqueira. **Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1979.

Penteado, Fábio. **Fábio penteado: ensaios de arquitetura.** São Paulo: Empresa das Artes, 1998.

Pereira, Raquel Machado Marques. **Três Poderes: A Arquitetura Cívica Paulista, 1950-1970.** Dissertação de Mestrado em Arquitetura– Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2012. Vol. único, 230 páginas.

Rogers, Ernesto Nathan; Sert, Josep Lluís; Tyrwhitt, Jonh (org.). **El corazón de la ciudad: por una vida más humana de la comunidad.** Barcelona: Ed. Hoepli, 1955.

Sert, Josep Lluís. **Arquitecto em Nueva York.** Barcelona: Actar, 1997.

Zein, Ruth Verde. **A Arquitetura da Escola Paulista Brutalista 1953-1973.** Tese de Doutorado em Arquitetura – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Paulo e Porto Alegre, 2005. Vol. único, 358 páginas.

Zurron, Denise Guedes. **Do Conceito de Centro Cívico ao Projeto de Paços Municipais.** Dissertação de Mestrado em Arquitetura – Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2005. Vol. único, 125 páginas.